

DEMOCRACIAS, GOLPES E REVOLUÇÕES: CONEXÕES HISTÓRICAS

XVIII COLÓQUIO DE HISTÓRIA,
VIII COLÓQUIO DO PPGH

PERNAMBUCANOS

Apoio:
ANPUPE
HUMANITAS
ENCAP



Realização:
HISTÓRIA
Escola de Educação,
Humanidades, Direito,
Economia e Gestão

huns poucos obscuros, e miseráveis
estado de secoço, e prospero-
urgindo do abismo, à que
perpetrára o louco,
da Villa de Santo
Pedro das



PPGH
CÁtedra
CÁDICA

O ENSINO DE HISTÓRIA E A TEMÁTICA DA REFORMA PROTESTANTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Elivânia Augusta da Silva

Mestranda no Mestrado Profissional em Ensino de História

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

elivania162010@hotmail.com

Resumo:

O presente trabalho aborda o ensino da Reforma Protestante no componente curricular de História, nos Anos Finais do Ensino Fundamental em Pernambuco, discutindo os desafios e as possibilidades que esse conteúdo oferece para a entendimento da diversidade religiosa na sociedade. No Brasil, a religião desempenha um papel central na vida da população, sendo o sagrado parte fundamental do imaginário cultural. Assim como na sociedade, as questões religiosas geram muitos debates nas salas de aula, envolvendo tanto professores quanto estudantes. Contudo, temáticas religiosas presentes no conteúdo curricular são frequentemente marginalizadas, a fim de evitar possíveis conflitos, enquanto questões políticas e grandes personagens históricos ocupam o centro das discussões sobre a Reforma, deixando de lado aspectos importantes que aconteceram as margens da história. As Reformas religiosas que ocorreram no século XVI despertam a curiosidade e inquietação, essas características podem ser utilizadas como ferramentas para o ensino de história, enriquecendo a compreensão da religiosidade brasileira. Compreender esses processos históricos gera uma oportunidade para o desenvolvimento de uma visão mais ampla sobre o “outro” que existe para além dos seus ritos e templos e adentra no entendimento da pluralidade religiosa.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino de História; Reforma Protestante; Religião

I - INTRODUÇÃO

Em seu célebre livro *O que é religião?* Rubens Alves diz que o sagrado se instaura graças ao poder do invisível, e “ao invisível que a linguagem religiosa se refere ao mencionar as profundezas da alma, as alturas dos céus, o desespero do inferno, os fluidos e influências que curam, o paraíso, as bem-aventuranças eternas e o próprio Deus” (Alves, 1990, p. 26.).

A história da humanidade está repleta de vivências religiosas inspiradas muitas vezes no invisível. O invisível, é algo que não se pode ver, que não corresponde a uma realidade sensível, mas presente no inteligível, em algo almejado. O experenciar desse invisível, levou Martinho Lutero e muito outros reformadores a inquietar-se com os caminhos que a igreja e a religião cristã estavam caminhando, em seu tempo. Pessoas distintas em classes, posições ou valores foram influenciadas por esses pensamentos, levando a um dos movimentos de ruptura mais impactante na história do Cristianismo.

Quando refletirmos a partir desse ponto, resta-nos uma pergunta, que não pretendemos responder com esse texto, mas que fica para o leitor/a também pensar a respeito, como o ensino de história pode abordar esse experenciar do impulso do sagrado ao tratar de temas que tem a religião como pano de fundo em nossas aulas?

A religiosidade ocupa um papel central na vida da maioria das pessoas. Em nosso espaço escolar, a cada dia presenciamos o encontro de vários pontos de vistas nos assuntos, debates, nas visões de mundo ou nas opiniões. Nosso objetivo com esse texto é compreender os desafios enfrentados pela prática docente no ensino de História ao abordar a temática das Reformas Religiosas, identificando as possibilidades que essa temática oferece para enriquecer o debate inter-religioso em sala de aula.

Através da narrativa histórica, os estudantes podem experimentar o passado, percebendo as mudanças e a separação entre o antes e o agora, interpretando as mudanças que o ser humano produz no tempo histórico. Sendo possível uma compreensão das questões que permanecem em nossa sociedade, a partir de uma explicação dos saberes históricos.

II – A REFORMA PROTESTANTE NOS LIVROS DIDÁTICOS DOS ANOS FINAIS

As reformas religiosas do século XVI trouxeram à diversidade já presente no seio da religião cristã um tempero expressivo. Desde a sua estruturação, a religião cristã se relacionava com todos os aspectos da vida de uma pessoa. Ela ritmava o tempo do toque dos sinos que dividiam as horas do dia, as festas durante o ano, a vida privada, o casamento e até a economia. O historiador Lucien Febre aponta que “a igreja era a lente através da qual a sociedade europeia enxergava a realidade” (Rodrigues, p.12, 2024).

Os processos de mudança que ocorriam no meio da sociedade europeia, influenciados, principalmente, pelo movimento humanista, tornou a religião um “foro íntimo” (Rodrigues, p. 9, 2024). Contudo, certas práticas do clero católico ocasionaram um abalo na época, pois os discursos contrariavam-se no dia a dia. A venda de indulgências e a corrupção moral foram os elementos mais explorados pelos reformadores. Por exemplo, na Tese 27 Lutero diz “Pregam doutrina humana os que dizem que, tão logo tilintar a moeda lançada na caixa, a alma sairá voando [do purgatório para o céu]¹.

O livro didático, se constitui a principal fonte de estudo e contato com os saberes históricos para nossos estudantes no ensino primário e fundamental. Uma das críticas mais pontuais a esse material que perpassa a qualidade do produto, são a estruturação dos conteúdos, ou seja, como aos autores se utiliza da historiografia para produzir o texto explicativo. Concordamos que,

“[...] Conhecer melhor esse impresso que terminou por se converter na principal referência para a formação e a inserção no mundo da escrita de um expressivo número de docentes e discentes brasileiros e, consequentemente, para a construção do fenômeno do letramento no país.” (Chaves, 2019, p. 160).

Dessa forma, mesmo possuindo muitas questões problemáticas, o livro didático se constitui o principal impresso em torno da qual a escolarização e o letramento são organizados.

A organização dos conteúdos é estruturada seguindo uma linha cronológica. Como se os saberes históricos devessem ter entendidos como uma sequência, um após o outro. A tese central da estrutura organiza-se entre os motivos, pessoas importantes, textos complementares, imagens e por fim, as atividades. Deste modo,

¹ Ler o documento completo em: https://legado.luteranos.com.br/lutero/95_teses.html.

Analisando um dos livros mais utilizados para o 7º ano dos Anos finais, de autoria do Alfredo Boulos Junior, entre os anos 2018 e 2022, que tem por título História: Sociedade & Cidadania, a escrita é a mesma, independente do ano, assim como suas referências historiográficas. Nesse livro, a Reforma Protestante é descrita como um anseio por parte de Martinho Lutero em se separar da igreja católica, contudo em textos mais recentes, esse argumento não é suficiente para entender o fenômeno da reforma.

A ideia de reforma, não surgiu com Martinho Lutero. O desejo de mudanças na igreja já era um sentimento discutido entre os intelectuais da época. O historiador Rui Rodrigues, diz que “reformar” é reconstituir uma forma perdida; na língua latina, o termo paralelo a *reformatio* seria *renovatio*, “renovação” (Rodrigues, p. 15, 2024). Ele ainda afirma que vamos encontrar em todos os movimentos de reforma do cristianismo, esse anseio por renovação que tem “o presente como esperança de recuperação do passado” (Rodrigues, p. 15, 2024).

No livro didático, os motivos da reforma são concentrados nas insatisfações devido a) o poder universal do papa; b) corrupção e despreparo do clero; c) a venda de indulgências e falsas relíquias. Em seu livro *Reforma e Contrarreforma*, Rui Luis Rodrigues, aponta que as questões que motivaram as críticas à igreja no período vão mais além do que questões da igreja, envolviam questões políticas, sociais e teológicas.

Uma das fontes mais conhecidas do período, as 95 teses, foi resultado de muitas reflexões de Lutero em seus estudos pessoais além dos debates na Universidade pelos seus alunos e ouvintes. Seus apontamentos não tinha o objetivo de pôr em dúvida a fé cristã, pelo contrário, reformar ou renovar reconduzindo a Igreja Católica à fé da Igreja primitiva.

“Nenhum dos envolvidos nos embates religiosos do século XVI duvidou da centralidade da religião cristã ou colocou em discussão a estrutura ideológica da *respublica Christiana*. O problema levantado era outro: a religião, na forma como vinha sendo vivida e praticada naqueles dias, continuava expressando a pureza da fé cristã originária?” (Rodrigues, 2024, p. 2024).

Ou seja, o livro peca ao não trazer a importância dos estudos de Lutero para a compreensão da sua realidade e a esperança por mudanças. E são esses anseios que vai motivar outras pessoas ao redor da Europa a repensar a fé e os caminhos da religião.

A narrativa histórica, por sua vez, é a principal forma pela qual lemos o mundo e interpretamos o passado. Essas leituras, no entanto, não são neutras; elas carregam

significados, e muitas vezes, refletem interesses ideológicos. Como argumenta Jenkins (2007, p. 28), “o passado sempre nos chega como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a “realidade”. Dessa maneira, o ensino de História se torna não apenas um espaço de memorização, mas também um espaço crítico para refletir os discursos que constroem o passado.

Assim, a História escolar se constitui a principal fonte de conhecimento histórico, contudo, é necessária uma análise de como os conhecimentos sobre a reforma protestante é construído em sala de aula, a medida que como afirma Chartier, “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros; produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) [...]” (Chartier, 1990, p. 17). A Reforma Protestante foi representada de diferentes formas, pelos grupos que a produziram, seus interesses, o uso da política, do social e até mesmo das leituras da Bíblia, fornecerão mecanismos de combate contra a igreja e o movimento da Contrarreforma.

Sabemos que o espaço do livro didático, precisa ser simples e a linguagem acessiva, contudo, ao falar sobre Martinho Lutero, reforçam elementos clássicos da sua trajetória como a questão da escolha profissional, sua entrada na ordem agostiniana e o estudo da Bíblia. Não citam, por exemplo, a sua esposa Catarina de Von Bora, que foi importantíssima influenciando sua teologia e ajudando a manter sua saúde mental, do Vigário-geral Johann von Staupitz confessor de Lutero, que viu no trabalho intelectual a saída para suas turbações espirituais.

Martinho Lutero (1453-1546) sempre foi um homem inquieto, reflexivo e crítico de sua realidade. Filho de pessoas simples, dedicada a mineração, era incentivado pelo seu pai a torna-se um jurista, porém no ano de 1505 já como um monge agostiniano, se torna doutor em Teologia. A Universidade de Wittenberg, inaugurada em 1502 pelo príncipe-eleitor da Saxônia Frederico II de Wettin, oferecia um campo de atuação bastante promissor. Habilitando-se em grego e hebraico, dedicou-se à exposição das Escrituras: Salmos, Cartas de Romanos e aos Gálatas e a Carta aos Hebreus. Wittenberg possibilitou a Lutero o estabelecimento de importantes relações sociais (Rodrigues, p. 28, 2024).

Os saberes históricos no livro didático analisado, não discute os mecanismos políticos utilizados pela igreja para combater o avanço da Reforma Protestante.

Seguindo uma linha cronológica, a Contrarreforma é deixada por último, pontuando o Concílio de Trento, da Inquisição, para reprimir e punir seus adversários e a fundação da Ordem dos Jesuítas em 1534 para evangelizar os povos da Ásia, da África e da América. Deixa de lado, os Concílios e as Dietas que foram significativos para a resolução da questão de Lutero. O uso de textos impressos, desde 1517, em formatos pequenos e de baixo custo permitia a circulação dos textos, que lidos coletivamente tornou as ideias da reforma acessíveis a toda as camadas populares.

Diante dessas reflexões, é fundamental repensar como a Reforma Protestante é abordada no ensino de História, especialmente nos livros didáticos. A narrativa deve transcender a descrição linear e pontual dos eventos e figuras importantes, incorporando as múltiplas dimensões que esse evento histórico é capaz de produzir. Além disso, é necessário contemplar a importância da impressa e dos textos impressos, dos debates acadêmicos e de outros atores históricos. Promovendo uma análise crítica e plural das fontes e representações históricas, permitindo aos estudantes compreenderem a história como um campo de disputa de sentidos e significados, onde as percepções não são neutras, mas influenciadas por interesses, fortalecendo o letramento histórico na compreensão das narrativas que moldam o presente.

III – O ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

De acordo com o currículo de Pernambuco para os Anos Finais do Ensino Fundamental, o conteúdo da Reforma Protestante é direcionado para a turma do 7º ano. Estabelece como habilidade “Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos econômicos, políticos, culturais e sociais do período moderno na Europa, na América e no Brasil, apontando para a diversidade religiosa como constitutiva da vida em sociedade (Pernambuco, 2021).

Debater conteúdos que envolvem fé e religião, pode ser desafiador para os/as professores/as, especialmente em nossa área, devido aos conflitos que grupos da sociedade veem o ensino de História como uma ameaça. Contudo, o ensino desse componente pode ajudar na formação cidadã do estudante na compreensão da sua realidade. Deste modo,

A partir dos conhecimentos históricos que apreende, o estudante tem oportunidade de estabelecer relações entre distintas temporalidades e

experiências, desenvolvendo habilidades de articular e estabelecer conexões entre os acontecimentos históricos (locais, regionais e nacionais) e a história vivida no tempo presente” (Silva, 2019, p. 53).

Assim, o ensino de História torna-se uma ferramenta para promover o pensamento crítico. Ele não apenas esclarece o passado, como oferece subsídios para que os estudantes reflitam a complexidade da realidade.

Jenkins pontua que “A história é a maneira pela qual as pessoas criam, em parte suas identidades” (Jenkins, 2007, p. 42). Na interpretação do passado, as pessoas encontram sentidos para suas experiências no presente e moldam suas percepções sobre si e sobre os grupos que pertencem. No contexto do ensino de História, oferece aos estudantes a oportunidade de compreender a pluralidade de experiências humanas e questionar os processos que influenciam a formação dos eventos históricos.

O estudante chega à escola trazendo suas indagações, muitas vezes influenciadas por concepções idealizadas no contexto religioso. Cabe ao professor o papel de organizar, mediar e facilitar a leitura crítica do passado, assumindo um compromisso social e ético ao abordar o debate inter-religioso em sala de aula. Por meio dessa prática, o docente contribui para a construção da Consciência Histórica, reconhecendo que “toda ação humana requer a reflexão histórica (mesmo que não historiográfica) do agente” (Martins, 2019, p. 55).

A Consciência Histórica, designa “a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência” (Martins, p. 55, 2019). Deste modo, o agente se debruça na reflexão, produzindo uma interpretação do meio histórico em que se encontra. Para Jörn Rüsen “o aprendizado histórico contribui para o desenvolvimento do sujeito e resulta do sujeito em desenvolvimento” (Martins, 2019, p. 56), fortalecendo sua capacidade de aprendizagem.

O desenvolvimento dessa Consciência Histórica conecta os saberes do indivíduo aos saberes históricos. Ao lidar com temas sensíveis, como o debate interreligioso, o/a professor/a assume o papel de mediador, organizando as informações para uma compreensão crítica do passado e suas implicações no presente. Pois “todo sujeito reflexivo a gente passa por processos de aprendizado, informais e formais, nos quais se dá a constituição histórica de sentido” (Martins, p. 58, 2019).

Atualmente, existe um grande debate em torno da didática no ensino de História. Como facilitar o entendimento do passado fazendo pontes com o presente? Como problematizar os saberes históricos, desconstruindo uma escrita da história acadêmica em escolar? São essas indagações necessárias para compreender as possibilidades e os desafios em nossa prática pedagógica.

A adoção de metodologias que visam uma construção da história como problema se revela útil não apenas para discutir os processos históricos, mas para mostrar que o conhecimento histórico é fruto de uma investigação. A história pode ser entendida como uma grande cena de crime, na qual cabe ao historiador decifrar ou investigar os enigmas, que passam imperceptíveis pela maioria das pessoas, como um detetive. “A história-problema é definida em oposição à chamada história factual, unicamente baseada em documentos escritos, que tem por pressuposto a revelação da verdade, aquilo que “realmente aconteceu”” (Almeida; Grinberg, p. 199, 2019).

Em seu artigo “O que precisa saber um professor de História?” Flávia Eloisa Caimi, diz que para “ensinar História a João é preciso entender de ensinar, de História e de João”. Na formação inicial de professores, adquirimos a formação teórica dos conhecimentos históricos, ideias de didática e do público que vamos ensinar, porém somente a prática pedagógica do dia a dia, em sala de aula é capaz de preparar o profissional para aquilo que o espera. E ali, conhecemos os João e as Marias.

Concordamos com a Flávia Caimi, quando ela pontua para os professores, a

“[...] necessidade de superar visões reducionistas que defendem a supremacia do domínio do conhecimento histórico na tarefa docente ou que indicam a suficiência dos saberes pedagógicos em detrimento do saber disciplinar, ou ainda que valorizam prioritariamente o polo discente, posição traduzida na retórica de que é preciso “conhecer a (e partir da) realidade do aluno” (Caimi, p. 112, 2015).

O equilíbrio entre os diferentes saberes que compõem a prática docente: o conhecimento histórico, os saberes pedagógicos e a compreensão da realidade dos alunos podem fornecer um ambiente mais seguro para os debates que os conteúdos podem apresentar.

Ensinar requer um preparo, atualizações de leituras e metodologias no preparo das aulas que se aproximem da realidade dos nossos estudantes. Essa prática não é somente as aulas expositivas, é uma tarefa que o professor começa antes em seu planejamento. O conjunto de decisões que o/a professor/a vai tomar depende da concepção que tem de História, a utilização das fontes, sua relação com o trabalho do

historiador, suas leituras historiográficas. O profissional que atua em uma escola precisa saber antes dos alunos, qual didática vai utilizar para poder conduzi-los à aprendizagem. “Ensinar pode ser considerada uma tarefa relativamente fácil quando não consideramos a sua relação imediata com o aprender. Nesse sentido, ensinar é fácil, bem mais difícil é fazer o outro aprender” (Caimi, p. 115, 2015).

O ensino de História se transformou com as diferentes gerações. Atualmente com a ampliação da internet e das redes sociais, nossos estudantes tem mais acesso a conteúdos que falam sobre história, entretanto muito desses conteúdos não são organizados por historiadores de formação. Esses conteúdos precisam ser abordados em sala de aula e ao problematiza-los, desconstruir narrativas negacionistas que se inferem e atrapalham a aprendizagem crítica dos nossos estudantes.

“A narrativa é o principal elemento dos modos de representar os atos humanos” (Freitas, p. 173, 2019). “O conhecimento histórico está diretamente ligado à elaboração de narrativas acerca das experiências humanas no tempo” (Caimi, p. 119, 2015). Assim ao ensinar a analisar e avaliar criticamente as narrativas, o professor não apenas fortalece a compreensão da história, mas também contribui para a formação de cidadãos e cidadãs capazes de questionar discursos e debater com responsabilidade e consciência histórica.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, os estudantes, em processo de formação identitária, tendem a interpretar o mundo por meio de valores e sentimentos estruturados em oposições binárias, como certo e errado. Ao abordar o tema da Reforma Protestante, é essencial que o professor adote uma postura equilibrada, evitando centralizar a discussão exclusivamente nas oposições entre a Igreja Católica e Martinho Lutero, como frequentemente sugerido pelo livro didático.

Nesse contexto, torna-se indispensável que o docente desconstrua as narrativas simplificadas apresentadas nos materiais didáticos, utilizando fontes históricas variadas, explorando a trajetória dos sujeitos envolvidos, evidenciando os silenciamentos históricos e analisando as dinâmicas sociais da época. É fundamental destacar como a religião, em diferentes momentos históricos, atuou como um motor de transformações sociais. Compreender o poder que uma narrativa possui na formação da aprendizagem permite ao professor refletir sobre o “como ensinar” e o “como escrever” de forma mais

significativa, promovendo um entendimento histórico mais complexo e contextualizado entre os estudantes.

O experenciar do sagrado é uma estratégia que pode facilitar a abertura do estudo sobre a Reforma, afastando-se de um viés tradicional ambientado nas questões políticas e econômicas da época. O uso de metodologias investigativas e a história-problema que valorizem o debate e as fontes históricas são essenciais para a ampliação da aprendizagem. É fundamental que o historiador em sala de aula, compreenda seu papel como professor, e ser professor é facilitar o aprendizado, traduzindo conhecimentos complexos em várias partes acessíveis que, juntas, compõe um todo. Com isso, o professor não apenas ensina História, forma pessoas preparadas para compreender a pluralidade e a complexidade do mundo em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, compreendemos que a abordagem da Reforma Protestante no ensino de História apresenta desafios e possibilidades, exigindo do professor/a uma postura crítica e criativa no planejamento e execução de suas aulas. O tema não se limita apenas à análise dos eventos históricos em si, mas abrange as conexões entre o passado e o presente no experenciar da religião na história da humanidade.

A prática do professor no ensino de História deve transcender a simples transmissão de conteúdos apresentados no livro didático ou no currículo, problematizando suas narrativas e desconstruindo ideias formuladas no senso comum. A utilização de fontes históricas, o debate interreligioso e a perspectiva da história-problema permitem que os estudantes desenvolvam uma consciência histórica. Essa consciência conecta o aprendizado ao exercício da cidadania, capacitando-os a interpretar o mundo de maneira plural, como afirma Eliane Moura da Silva,

“Impõe-se a necessidade de compreender o outro atrás de seus véus e templos, rituais e orações. Entender aspectos e a originalidade das religiões, as formas de mobilização e como se situam no tempo e no espaço, é tarefa urgente dos professores e educadores preocupados com a tolerância fundamental para o respeito entre pessoas e memória histórica” (Silva, 2007, p. 206).

Entender o outro em sua pluralidade é fundamental para fomentar o respeito em nossa sala de aula.

Por fim, ensinar História não é apenas ensinar sobre o passado, mas formar sujeitos capazes de compreender a complexidade do presente se posicionando diante

dele. É criar pontes entre as experiências humanas ao longo do tempo, permitindo que os estudantes compreendam não apenas os acontecimentos, mas as razões e os interesses que o moldaram. Cabe aos professores o papel de mediador e facilitador questionando narrativas estabelecidas, reconhecendo silenciamentos e apresentando a História como um campo de disputa de sentidos. Compete ao nosso campo traduzir conhecimentos complexos em saberes acessíveis, promovendo a reflexão e o diálogo. Ao entender esse ponto, o historiador segue o conselho do célebre historiador Marc Bloch, ao saber comunicar-se com clareza, aos “doutos e escolares” com compromisso ao rigor histórico e a formação cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubens A. **O que é religião.** 13.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- CAIMI, Flávia Eloísa. O que precisa saber um professor de história?. **História & Ensino**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 105–124, 2015. DOI: 10.5433/2238-3018.2015v21n2p105. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23853>>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHAVES, E. A.. O livro didático e sua presença em aulas de História: contribuições da etnografia. **Educar em Revista**, v. 35, n. 77, p. 159–181, set. 2019. Disponível em: <[SciELO - Brasil - O livro didático e sua presença em aulas de História: contribuições da etnografia](https://www.scielo.br/j/reved/2019/v35/n77/03) O livro didático e sua presença em aulas de História: contribuições da etnografia>. Acessado em: 01/12/2024
- FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.) **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.
- KARNAL, Leandro (org.). **História da na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2007.
- MARTINS, Estevão de Rezende. Consciência Histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de [coord.]. **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- PERNAMBUKO, Secretaria de Educação e Esportes. **Curriculum de Pernambuco:** ensino fundamental. Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação. Recife: Secretaria, 2021.
- RAMOS, Márcia Elisa Teté. Livro didático, currículo escolar e história pública: futuro do pretérito. **História & Ensino**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 217–259, 2018. DOI: 10.5433/2238-3018.2018v24n2p217. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/35217>>. Acesso em: 10 out. 2024.

RODRIGUES, Rui Luis Rodrigues. **Reforma e Contrarreforma**. São Paulo: Contexto, 2024